



**UNILAB**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ANTÓNIO FERNANDO KWABA GAMBA**

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA PARA COM OS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA: CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE DE JOSÉ EDUARDO DOS  
SANTOS DURANTE A GUERRA CIVIL DE ANGOLA (1992-2002)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**ANTÓNIO FERNANDO KWABA GAMBA**

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA PARA COM OS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA: CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE DE JOSÉ EDUARDO DOS  
SANTOS DURANTE A GUERRA CIVIL DE ANGOLA (1992-2002)**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, com finalidade de obter o Título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**ANTÓNIO FERNANDO KWABA GAMBA**

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA PARA COM OS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA: CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE DE JOSÉ EDUARDO DOS  
SANTOS DURANTE A GUERRA CIVIL DE ANGOLA (1992-2002)**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, com finalidade de obter o Título de Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 09/12/2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE TCC**

**Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima**

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB(Orientador)

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Mércia Guilherme Votorino**

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB  
(Examinadora)

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva**

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB  
(Examinadora)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
<b>4</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
5.1	O CAMPO DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	14
5.2	DIPLOMACIA PRESIDENCIAL	16
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>18</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>19</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>19</b>
	<b>Referências</b>	<b>21</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Angola é um país da costa ocidental africana com uma história turbulenta marcada por muitos anos de guerra civil, esse evento inicia-se após Angola ter adquirido a sua independência em 11 novembro de 1975 do jugo colonial português. De acordo SITA (2017), a Guerra Civil foi o cenário ou evento mais escuro da história de Angola. Durante o período da guerrilha civil, o país ficou devastado no que tange a esfera económica, política e social. Muito sangue foi derramado (500 mil mortes), e as famílias ficaram desestruturadas, de igual modo, grande parte das infraestruturas foram destruídas e deu-se a um grande fluxo de imigração (mais de um milhão), pois grande parte da população com medo do terror instalado, foi forçada a deixar as suas províncias de origem, bem como o próprio país. Portanto, a história turbulenta vivenciada em Angola durante a guerra civil pode ser entendida em duas dimensões, isto é, na dimensão interna e na dimensão internacional. Quanto à dimensão interna, entende-se pela falta de diálogo entre os partidos políticos que lutaram pela independência de Angola, isto é, na definição do partido político ideal para governar Angola. Como resume Sita:

Logo após à declaração da independência, iniciou-se a Guerra Civil, travada entre os três movimentos de libertação, uma vez que a UNITA e a FNLA, estavam inconformados com a sua derrota militar e a exclusão do sistema político: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que no fundo era o governo de Angola independente, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), FNLA, batalhavam pela liderança de Angola. (SITA, 2017. P.17)

Relativamente a dimensão internacional, possibilita a entender efetivamente a projeção da política externa de Angola para com Estados Unidos da América (EUA) no período de 1992 a 2002. À altura da independência de Angola, o mundo estava dividido em dois blocos antagónicas, no período denominado de Guerra Fria. Esses blocos eram liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bastião do socialismo; e pelo Estados Unidos da América (EUA), defensor do capitalismo. Nesse contexto, a independência angolana caracteriza-se por um conflito interno entre partidos políticos que lutaram contra o domínio colonial, conflito esse alicerçado em termos de alinhamentos internacionais por parte dos movimentos angolanos de libertação com os blocos supracitados, de um lado; e da personalidade a assumir a liderança do país, de outro. A guerra civil emerge desse confronto partidário, como resume Fortes:

A política externa angolana foi resultado de múltiplos fatores, tanto nacionais quanto estrangeiros. Do ponto de vista interno, O país nos pós-independência se viu

encurralado pelo Confronto direto entre o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e A União Nacional Para Independência Total de Angola (UNITA), em que cada um, com ideologias e Objetivos distintos, buscava o controle do Estado. As divergências de preferências Entre esses grupos Rivais acarretaram efeitos determinantes na condução da política externa. Por outro lado, no campo externo, as conjunturas Internacionais marcadas pela Guerra Fria e pelo fim Da mesma também influenciaram diretamente (FORTES, 2019. P.2)

É aqui onde começamos a entender a influência externa das grandes potências nos partidos nacionais de Angola em função dos seus interesses. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) estava completamente ligado à URSS e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), recebia apoio a EUA. Esses alinhamentos influenciaram os rumos da política Externa de Angola.

Com esse cenário de conflito no território angolano são notórios os efeitos da instabilidade política, econômica e social que se perpetuaram mais de 15 anos. Entretanto, com a mudança de paradigma ideológico devido ao fim da Guerra Fria, a maioria dos países africanos bem como os países europeus do antigo bloco comunista, adota um regime de economia de mercado e subscreve aos ideais democráticos e liberais do ocidente. Quanto ao contexto angolano constata-se a repercussão dessa mudança de paradigma concretamente no término da guerra civil entre a UNITA e o MPLA, estabelecendo-se a paz pelos acordos de Bicesse assinado em 31 de maio de 1991. Esses acordos objetivaram terminar os conflitos vivenciados em Angola e alcançar a paz por todo o território nacional.

Segundo SITA (2017), “este processo de paz foi mediado por Portugal e assinado na presença dos EUA e URSS, estes últimos; na condição de membros observadores no processo. O cessar-fogo deveria ser total e definitivo, garantindo a livre circulação de pessoas e bens”. Neste acordo, podemos observar o papel da comunidade internacional, ou seja, das superpotências afim de garantir seriedade no cumprimento dos acordos negociados. Porém, o êxito desse processo foi limitado, vez que:

O Acordo teve dificuldades de ser implementado, não foram respeitados os princípios estipulados, e de igual modo, não haviam condições suficientes e credíveis para que este resolvesse os transtornos internos de Angola. Uns dos seus princípios, consistia na preparação de eleições multipartidárias e presidenciais, que deveriam ser realizadas logo a seguir ao ano da assinatura. Falando das eleições, estas foram a fim de obrigar se assim posso caracterizar com as suas responsabilidades na concretização desse processo de acordos realizadas sem antes se cumprir com o objetivo de formar uma força militar angolana única, o que poderia impedir que as partes se mantivessem com forças próprias (SITA, 2017. P.19)

Observa-se nesses acordos o objetivo basilar de democratizar o país, a começar pela abertura do antigo sistema monopartidário, com eleições competitivas. Com a realização das

primeiras eleições em Angola e com seus resultados a favor do partido do MPLA liderado por José Eduardo dos Santos, levantam-se dúvidas sobre a idoneidade do pleito. Entretanto, o presidente do partido da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, contestou os resultados das eleições afirmando que houve fraude. A suspeita de fraude eleitoral levou os angolanos a vivenciarem praticamente mais uma década de conflito interno, iniciado em 1992 e encerrado apenas 2002.

É precisamente nesse contexto que pretendemos estudar a política externa de Angola com os EUA implementada por José Eduardo dos Santos. Uma vez no poder, José Eduardo dos Santos procura na nova potência global o apoio necessário para garantir a sua legitimidade internacional como presidente de Angola, visto que não existia reconhecimento interno de sua liderança por parte da UNITA. Em larga medida, a disputa interna entre MPLA, personificado na figura de José Eduardo dos Santos, e a UNITA conduz a um conflito interno que se resolve não só no nível doméstico, como também na arena internacional.

Nesse sentido, e buscando compreender especificamente o uso da política externa como instrumento de construção de legitimidade internacional, partimos da seguinte pergunta de pesquisa: como José Eduardo dos Santos instrumentaliza a política externa angolana vis-à-vis os EUA para neutralizar as forças de oposição a sua governação? O caminho a ser usado para responder consistirá na análise da política externa angolana fundada em elementos históricos e documentais, nomeadamente os acordos, memorandos e outros documentos oficiais assinados entre Angola e EUA no período de 1992 a 2002, bem como as visitas internacionais de autoridade do governo angolano no período aos EUA e suas respectivas agendas. Cabe também destacar que investigar a relação de Angola com EUA em função da política externa angolana, permite, ainda compreender os interesses americanos em Angola, especialmente no que tange à transição para uma economia de mercado e as possibilidades econômicas advindas disso.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Angola, sendo considerada como um país com uma história complexa e traumática no que concerne aos vários conflitos internos pelos quais passou, desde a obtenção da independência diante dos portugueses; e, posteriormente, entre os partidos políticos na consolidação do poder político dentro do território angolano. O processo da democratização do território angolano no período de 1992, efetivado por meio da implementação das primeiras eleições gerais em Angola, fez com que o país entrasse numa fase de instabilidade caracterizada pela guerra civil. É nesse momento em que os partidos políticos UNITA e MPLA acabaram por

implementar suas estratégias de busca de apoio internacional com a finalidade de se manterem no poder. Entretanto, sabe-se que em certo momento o MPLA precisou da ajuda dos norte-americanos para combater as tropas da UNITA. Partindo do pressuposto de que existem certas lacunas no esclarecimento de como os acordos entre MPLA e EUA foram implementados para acabar com o conflito interno, essa é uma das razões que me levaram a pesquisar desse tema. Subjacente a esse interesse está o objetivo de compreender as relações entre EUA e Angola como parte das estratégias de José Eduardo dos Santos para construir sua legitimidade como líder único do país durante a guerra civil no período de 1992-2002.

Trata-se, ainda, de um assunto de relevância para o mapeamento da história diplomática de Angola, especialmente no que tange ao conhecimento dos fatores que ajudaram na garantia da paz no território angolano nesse período. A instrumentalização da política externa por parte de José Eduardo dos Santos pode iluminar novos caminhos para compreensão dos usos da arena internacional para fomentar objetivos domésticos. Finalmente, cabe destacar o meu interesse pessoal na condição de estudante angolano com o de objetivo de fazer relações internacionais na terminalidade e que desejo contribuir com a história de Angola e com o futuro desse país.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar as estratégias de política externa para com Estados Unidos da América implementadas por José Eduardo dos Santos na construção da sua legitimidade como presidente e na liderança política em Angola durante a guerra civil 1992 a 2002.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Analisar como José Eduardo dos Santos implementou a política externa angolana para com os Estados Unidos da América para neutralizar as forças da UNITA particularmente de Jonas Malheiro Savimbi no período da guerra civil 1992 a 2002.
- ✓ Analisar como a instrumentalização da política externa por parte de José Eduardo dos Santos vis-à-vis os EUA cristalizou sua legitimidade interna e externa como presidente de Angola.



#### 4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para compreendermos exatamente sobre o contexto da guerra civil no período de 1992 a 2002, é necessário destacar os fenômenos históricos, particularmente os acordos de Bicesse assinados em 31 de maio de 1991 resultado do termino da Guerra-Fria. De acordo Fortes (2019, p.6), destaca que o “fim da era bipolar (1991), que resultou na dissolução da URSS e no avanço do neoliberalismo como principal estrutura política econômica do sistema internacional, influenciou (...) países do então chamado Terceiro Mundo”. Portanto, essa influência determinou que Angola entrasse no processo de negociação para efetivar a paz em todo território angolano. Sapalalo (2014, p.80-81); considera que “o processo negocial para a paz em Angola visou o alcance da paz para o sucesso na exploração dos recursos naturais e não de um estudo profundo das causas do que esteve na base do fracasso dos Acordos de Alvor<sup>1</sup>”. Esse fato demonstra o objetivo de assegurar interesses econômicos, por parte dos principais partidos políticos de Angola, bem como da comunidade internacional. Como sintetiza Sousa:

Embora a década de 1990 tivesse começado com uma série de fatores favoráveis à paz, como o fim da Guerra Fria, o compromisso internacional e regional de paz e o anseio da população pela paz (tal como atesta a participação da população no ato eleitoral), o reinício do conflito em 1992 está principalmente relacionado com as oportunidades económicas proporcionadas pelos recursos do país (diamantes e petróleo), combinado com os ressentimentos políticos gerados por um modelo de governo onde o "vencedor ganha tudo". As oportunidades de financiamento do MPLA através do petróleo, e dos diamantes no caso da UNITA determinaram substancialmente a predisposição para o conflito, principalmente no caso da UNITA, mas também indiretamente no do MPLA. Para a UNITA, esta predisposição foi mais direta no sentido em que tinha perdido as eleições e, portanto, estava prestes a perder o controlo sobre o seu território e a sua fonte de receitas (diamantes). (SOUSA, 2016, P. 92 -93)

Além do fator econômico, que era base da negociação para garantia da estabilidade social, apropriadamente na resolução de conflitos da guerra civil entre os maiores partidos políticos de Angola, vê-se também certas atitudes negativas caracterizadas de ressentimentos políticos verificados na estruturação do novo governo, que demonstrava certa exclusão dos perdedores; bloqueando seu acesso ao poder e até mesmo impedindo-os de participar ou contribuir efetivamente no desenvolvimento do país como afirma Pereira, “Este ressentimento seria inaceitável para uma UNITA autoritária endurecida pela guerra, que, juntamente com o

---

<sup>1</sup> O Acordo de Alvor foi assinado no dia 15 de janeiro de 1975 entre o Governo português e os três principais movimentos de libertação angolanos: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), estabelecendo os parâmetros para a partilha do poder na antiga colônia. (Notícias de Angola. 15. 01. 2015). <https://www.dw.com/pt-002/acordo-de-alvor-foi-assinado-h%C3%A1-40-anos/a-18193373>

histórico baixo nível de unidade nacional e as limitações dos acordos de Bicesse, contribuiu de forma decisiva para o fracasso do plano de paz” (PEREIRA, 1994 apud SOUSA, 2016, P.93).

Para além das circunstâncias internas balizadas pela interação dos partidos políticos, a arena internacional desempenhou papel fundamental no processo de resolução do conflito conforme Sapalalo (2014), as iniciativas de cooperação de paz no território angolano eram instigadas também pela comunidade internacional, inicialmente com a mediação de Portugal, mas posteriormente, com o reconhecimento de que o fim das hostilidades perpassa os apoios das superpotências, EUA e URSS.

A participação da comunidade internacional, particularmente das superpotências, na resolução dos conflitos no contexto angolano não era desprovida de interesses econômicos; a pacificação era vista como processo facilitador da concretização dos seus interesses no território angolano, nomeadamente a exploração dos recursos naturais. Fortes (2019, P,7), relata que “no caso de Angola, sua inserção na economia mundial foi delineada pela dependência da exploração de recursos naturais como o petróleo, com a atuação direta de multinacionais estadunidenses”. Portanto, a intensificação do conflito entre as forças políticas angolana, impossibilitaria o investimento político e econômico das superpotências no país, com impactos não só para desenvolvimento interno, como também para os interesses econômicos e soviéticos. Com esse ambiente de conflito em que Angola se encontrava entre os dois maiores partidos políticos, permite destacar como esses mesmos partidos efetuaram suas políticas no que tange à obtenção de apoios internacionais diante do conflito interno.

Inicialmente, a UNITA era apoiada pelo EUA antes da efetivação dos acordos de Bicesse. Quando os acordos fracassaram em função da divergência política provocada pelos resultados das primeiras eleições multipartidárias, em que o MPLA vence, o apoio americano ao UNITA é abalado (SAPALALO, 2014, p 62)

É a partir desse momento que se percebe uma mudança de paradigma político da parte dos americanos: finda a guerra fria, a divisão ideológica deixa de fazer sentido, sendo mais importantes os interesses na dimensão econômica, nomeadamente no setor petrolífero, qual era monopolizado pelo governo de Angola agora liderado por José Eduardo dos Santos, MPLA. Consequentemente, essa mudança de paradigma fez com que a UNITA começasse a perder seus apoios internacionais particularmente por parte dos norte-americanos (seus aliados outrora), como é sublinhado por Sapalalo:

A América precisava de mudar no quadro de uma corrida por espaços económicos que receava perder. Além disso, havia as sanções contra a UNITA, implementadas pelo mundo inteiro. A América queria consolidar o seu interesse económico na área do

petróleo e expandir o campo de ação para o gás natural. Ficou claro naquela reunião, que havia necessidade de se direcionarem as baterias diplomáticas contra a direção da UNITA e contra Jonas Malheiro Savimbi, para acabar com o conflito e viabilizar aquele desiderato económico (SAPALALO, 2014, P. 62)

A descredibilidade da UNITA de Jonas Malheiro Savimbi pela comunidade internacional; determinou certa vantagem o MPLA principalmente para José Eduardo dos Santos em estabelecer relações com vários atores políticos na arena internacional em função da implementação de sua política externa na obtenção de apoio regional e internacional afim de garantir a paz no território angolano. O fim das forças militares da UNITA, por sua vez, foi fundamental para estabelecer a legitimidade do governo de José Eduardo dos Santos como resume José:

Os apelos de Nelson Mandela, Desmond Tutu, Jesse Jackson, o ‘apelo de Xangai’ liderado pelo ex-secretário de Estado Henry Kissenger, entre tantos, chegaram a Casa Branca em favor do reconhecimento que não deixaram outra saída a Administração Clinton. As 16 horas, do dia 19 de maio de 1993, o presidente Bill Clinton comunicou ao mundo, através das câmaras de televisão, entre as quais a CNN a seguinte mensagem: “ (...) tenho o prazer de anunciar hoje o reconhecimento pelos Estados Unidos da América do Governo de Angola. Esta decisão reflete a grande prioridade que a nossa Administração dá à democracia. Em 1992, depois de anos de uma amarga guerra civil, o povo de Angola viveu eleições multipartidárias que os Estados Unidos, as Nações Unidas e outros fiscalizaram, e consideraram livres e justas (...) (JOSÉ, 2009, P.13).

Os norte-americanos, ao serem pressionados pela comunidade internacional a reconhecer o governo de José Eduardo dos Santos, faz com que entendamos seu apoio ou a influência no MPLA. Entretanto, Savimbi desconsidera o reconhecimento ao governo de dos Santos, apelando para sua capacidade militar para desfazer o governo do MPLA. Nesse momento crítico em que Savimbi nega o reconhecimento do governo do MPLA, legitimado pela comunidade internacional, principalmente pelo EUA, levou com que o primeiro-ministro Marcolino Moco (de Angola) afirmasse ou reclamasse sobre o posicionamento de Savimbi, “(...) dizendo que o mundo tinha que escolher entre ver naufragar a democracia em Angola, ou usar a força para travar Savimbi” (José 2009, p.13). Essa indagação teve repercussão enorme na arena internacional, levando a comunidade internacional a pressionar por uma resolução definitiva do conflito interno em Angola, qual perpassava a neutralização das forças da UNITA. Como resume José:

A reclamação do chefe do executivo angolano foi positivamente entendida. Os chefes da troica de observadores do processo de paz encontraram-se em 8 de junho de 1993 em Washington e um mês depois, em 8 de julho em Moscou. Na capital russa a troica emitiu uma declaração, reconhecendo a ofensiva militar da UNITA

responsabilizando-a pela continuação da guerra. Admitiu, igualmente, que o Governo tinha o direito legítimo de se defender, sugerindo a comunidade internacional que poderia ser prestada assistência a Luanda, para apoiar o processo democrático. Implicitamente, a declaração deu a entender que a Cláusula ‘Triplo Zero deveria ser suspensa. (JOSÉ, 2009, P.13-14).

Essas iniciativas da arena internacional permitem entender a participação dos EUA na legitimação do o governo de José Eduardo dos Santos como líder político efetivo de Angola e, ao mesmo tempo distanciamento dos menos em relação à UNITA. O discurso escala, a ponto de a diplomacia americana responder a UNITA pela instabilidade no país:

Na discussão da Resolução, os EUA afirmaram que a liderança da UNITA tem que entender que a comunidade internacional a considera responsável, e não tolerará a sua tentativa, continuada, de infligir a guerra ao seu povo, num esforço para conquistar militarmente o que não conseguiu ganhar numa eleição democrática. (JOSÉ, 2009, P.15).

Quanto as medidas implementadas pelo EUA para com o governo angolano, é preciso frisar que elas foram adotadas em função da ausência da responsabilidade em cumprir principalmente os acordos de Lusaka. Os acordos de Lusaka, os quais visavam garantir a paz efetiva no território angolano. De acordo com Amnistia internacional (1996), o estabelecido no protocolo de Lusaka, em novembro 1994, “o processo de paz em Angola está praticamente terminado. Antigos inimigos empenham-se agora em refrear velhos ódios e em construir um Governo de Unidade Nacional e Reconciliação”. Sousa. (2016), firma que o protocolo baseava-se no de Bicesse, mas continha disposições significativas para a maior partilha do poder executivo entre as partes e a realização de eleições só após o fim das atividades militares. Estipulava ainda o respeito pela legislação nacional por parte da UNITA, que os representantes eleitos da UNITA deveriam assumir os seus mandatos no parlamento, a devolução de todos os bens aos membros da UNITA e garantias de alojamento para os líderes da UNITA. A responsabilidade pela monitorização do acordo foi confiada à ONU, e uma força de paz significativa foi instaurada em fevereiro de 1995.

Diante desse acordo, permite mais uma vez constatar efetivamente o apoio de EUA ao governo angolano na manutenção de paz estabelecida nos acordos ou protocolos de Lusaka como também em disponibilizar verbas monetárias para atender a crise humanitária provocada pela guerra e garantir o desenvolvimento sustentável do país como é destacado pelo XII. Interacional:

A orientação política norte-americana em relação a Angola após aos acordos de Lusaka emergiu apenas após um grande debate, na câmara dos representantes e no

senado, sobre a assistência para 199. A administração apresentou o caso de Angola como sendo especial na África, devido a representar a última peça no jogo de um acordo regional no qual os EUA tinham feito um investimento econômico e diplomático significativo. Durante a guerra fria, Angola fora o segundo maior receptor de assistência secreta dos EUA, depois do Afeganistão. Em meado de dezembro de 1994 e meado de janeiro de 1995 Angola tinha recebido missões conjuntas do USAID/Departamento do Estado, que vieram rever a situação dos protocolos de Lusaka e avaliar qual a estratégia administrativa a adotar (Human Rights Watch. S/p. s/ano)

Relativamente ao envolvimento de EUA na negociação de Protocolo de Lusaka, baseava-se em contribuir na resolução dos conflitos a fim de garantir os seus investimentos econômicos para com Angola, levando em conta o que foi dito acima da ruptura ideológica do sistema internacional em que muitos países passaram adotar políticas ligadas ao sistema capitalista defendida pelo EUA, leva a entender particularmente à realidade angolana no que tange ao contributo de EUA na negociação de Protocolo de Lusaka, que consistia também em adotar estratégias principalmente na área econômica ou financeira para atender as necessidades humanitárias e garantir o fortalecimento das instituições democráticas em Angola (Human Rights Watch. S/p. s/ano). Sobre os valores disponibilizados pelo EUA foi aproximadamente U.S.\$500 milhões. Esse apoio financeiro permite entender a importância da participação de EUA na legitimidade de Governo de José Eduardo dos Santos a ter responsabilidade de reconstruir tudo aquilo que estava completamente destruído, nomeadamente, na área institucional, econômica sobretudo na área social. É preciso também deixar claro que as medidas políticas e econômicas estabelecidas pelos americanos no apoio ao governo de José Eduardo dos Santos como líder político de Angola na àquela altura, não consistiram apenas em apoiar o governo de José Eduardo dos Santos.

Outras medidas estabelecidas pelos nortes americanos no contexto dos acordos de Protocolos de Lusaka, visam também a incorporação da UNITA na administração do governo do governo angolano, levando em conta à tentativa de reconciliação nacional. Portanto, as medidas mais significativas foram as sanções estabelecidas pela comunidade internacional especialmente de EUA em não permitir a venda de armas para a UNITA.

A despeito de várias tentativas de solução de conflito entre MPLA e UNITA (especialmente entre suas lideranças), no IV Congresso do MPLA (1998), Santos recorre a escalada do conflito, declarando o fim do processo de Lusaka e da missão de ONU (HODGES, 2001). Os desdobramentos desse evento culminam com a emissão de um mandato contra Savimbi por crimes de rebelião armada, sabotagem e assassinio, e em 2002, com a morte do mesmo.

De acordo com a ineficiência dos acordos de Lusaka, que visavam estabelecer a paz no território Angolano, como destacado por Hodges (2001), determinou o envolvimento dos norte-

americanos a tomarem medidas para acabar com guerra civil no contexto angolano. É justamente nesse contexto, que se pretendem examinar como José Eduardo dos Santos instrumentaliza a política externa angolana vis-à-vis os EUA para neutralizar as forças de oposição a sua governação. É preciso termos em conta que diante de uma relação bilateral entre dois países envolvem vários interesses a saber: políticos, econômicos e sobre tudo cultural.

## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 5.1 O CAMPO DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A compreensão da política Externa a partir dos principais conceitos e ideias estabelecidos no campo permite analisar particularmente a política externa angolana no período da guerra civil. Jesus (2014) descreve que análise de Política Externa permite descrever as decisões e as atitudes estatais específicas. Portanto, essa visão de Jesus supracitada permite entender efetivamente a ideia de como as iniciativas ou decisões dos Estados devem ser analisadas em função da política externa. Portanto, Figueira considera que a política externa é “constituída por um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como no âmbito externo” (FIGUEIRA, 2011, p.5).

A definição de política externa, leva a em conta que o Estado é a entidade mais importante na tomada de decisões ou em implementar certas políticas no que tange às relações entre Estados para garantir seus interesses em função das suas necessidades. Snyder, Bruck e Sapin (1954) acrescentam que o Estado é o ator significativo na implementação de certas políticas, ou seja, da ação política. Significa que o ator estatal é tem todo direito jurídico, ou seja, tem autoridade máxima em formular oficialmente as decisões de acordo com as suas agendas ou prioridades (SNYDER et al, 1954). É preciso considerar que as abordagens destacadas por Snyder, Bruck e Sapin (1954) levaram muitos críticos a considerarem que:

(...) críticos, a perspectiva proposta por Snyder, Bruck e Sapin (1954) simplesmente substituiu o Estado por formuladores de decisão oficiais, que tomam decisões calculadas em nome do Estado. Tais formuladores se comportavam como o governo unitário das perspectivas mais tradicionais. Ademais, os autores não pareciam preocupados com o produto, mas com a produção da decisão, de forma que a política era concebida como uma série de procedimentos independentes da substância da mensagem que carregam ou das decisões tomadas. (JESUS, 2014, p.84).

Quanto às críticas destacadas acima podem ser relacionadas com a visão de James Rosenau (1987), que considera que Snyder, Bruck e Sapin (1954) não prestaram atenção acerca do meio operacional, de forma a ser impossível de constatar o nível de coincidência entre as percepções das elites e a realidade, além de não desenvolverem níveis de tipos de decisão e descreverem um número enorme de variáveis, muitas das quais não poderiam ser pesquisadas (ROSENAU, 1987). Entretanto, Hudson e Rosenau apontam que não “bastava apenas identificar que a política externa era determinada por fatores externos e domésticos; era preciso observar como interagiam e indicar as condições em que um prevalecia sobre o outro (JESUS, 2014, p.84). Sobre essas narrativas críticas à obra de Snyder, Bruck e Sapin supracitados determinaram outra percepção a saber:

Posteriormente à obra de Snyder, Bruck e Sapin (1954), vários autores no contexto da revolução behaviorista buscaram desenvolver abordagens que permitissem explicações mais elaboradas das decisões estatais. Dentre eles, cabe citar os autores da Política Externa Comparada (Comparative Foreign Policy), uma das áreas que mais cresceu nessa época. Por meio do uso de métodos das ciências naturais, os comparativistas acreditavam que seria possível chegar a uma teoria geral de política externa, uma vez que os comportamentos de política externa de todas as nações eram comparáveis e os modelos desses comportamentos eram determinados por certos fatores como tamanho, riqueza e abertura política. (JESUS, 2014, p.84)

De acordo com que foi destacado acima no que tange ao papel do Estado tradicional, isto é, na tomada de decisões na perspectiva da política externa fez com que surgisse certas abordagens modernas quanto ao estado. Cynthia Weber (1995) por exemplo afirma que não existe Estado soberano natural porque não há uma fundação natural da soberania. Portanto nessa perspectiva, Weber ressalta que a política externa em particular “é aquela que visa no exercício de intervenção que por sua vez, permite destacar o Estado que cria práticas discursivas que legitimem ou garantem o poder e a soberania afim de consolidar visões que segregam a diferença presente fora dele (WEBER, 1995 apud JESUS, 2014, p.95). As abordagens supracitadas sobre conceito, ideias e do desenvolvimento de política externa centrada no Estado como o ator principal na tomada de decisões no âmbito interno e no âmbito externo em primeira instância, determina a compreender exatamente como estado angolano especificamente na pessoa de José Eduardo dos Santos como articulou suas estratégias políticas e militares em combinação com os norte-americanos no período de 1992-2002 afim de garantir a paz no território angolano, tendo em conta que a preocupação de José Eduardo dos Santos na àquela altura consistia primeiramente em manter ou garantir a sua legitimidade política como presidente efetivo do país. Cabe também ressaltar que a compreensão da política externa em particular do estado angolano na época da guerra civil caracterizada entre dois maiores partidos

a saber: MPLA e a UNITA, permitirá percebermos os esforços que foram implementados para que houvesse a segurança das populações como também na garantia da soberania do Estado angolano.

## 5.2 DIPLOMACIA PRESIDENCIAL

De acordo com um dos objetivos deste projeto de pesquisa que visam em analisar a diplomacia presidencial de José Eduardo dos Santos para com Estados Unidos da América como instrumento de política externa no período de 1992 a 2002, é preciso destacar ainda o conceito da diplomacia presidencial. Nesse caso, Danese considera que a diplomacia presidencial pode ser definida de acordo com a visão de certos países bem como Brasil, França e Estados Unidos, como sendo “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 1999, p.67). De acordo com o pensamento de Danese em relação à definição da diplomacia presidencial, permite a entender exatamente a sua importância que visa em levar particularmente o presidente a se envolver efetivamente nos assuntos relacionados com ambiente interno bem como o ambiente externo fazendo com que as iniciativas caracterizadas de política externas que se pretende efetuar tenham êxito. É preciso considerar também que é em função da diplomacia presidencial que determina muita das vezes a eficácia ou bons resultados relativamente nas relações entre Estados considerando os objetivos de ambos Estados. Por fim, a diplomacia presidencial mostra quanto maior for a participação especialmente do presidente ou um determinado governo em gerir a política externa mais saberá lidar com os desafios que eventualmente surgirão ao longo do processo ou seja, na materialização da política externa. Para melhor compreensão quanto a importância da diplomacia presidencial, é preciso termos em conta os seus graus bem como as suas definições destacados por Danese, os quais se encontra sintetizados no quadro 1.

GRAUS	DEFINIÇÕES
<b>Grau Zero</b>	Relata que a diplomacia exercida ex officio pelo mandatário em que atos protocolares, atos administrativos e atos nominais como chefe de uma burocracia de estado. Aqui não há propriamente ação; é um desempenho estático.



<b>Primeiro Grau</b>	Considera que a uma diplomacia reativa, reação à situação ou estímulos externos e o mandatário é acionado para dirimir dúvidas, arbitrar diferenças, referendar propostas em ação (legitimando-as constitucionalmente). Danese esclarece que aqui o mandatário é uma liderança no processo, instância superior de decisão, e que há uma ação, mas como uma resposta, uma reação
<b>Segundo Grau</b>	Estabelece ao uso mais ativo pelo conjunto da diplomacia do instrumento diplomático em que o chefe de estado ou governo pode se transformar; uma espécie de terreno privilegiado para o diálogo e transmissão de ideias, imagens e presença.
<b>Terceiro Grau</b>	Corresponde a uma diplomacia afirmativa, na qual o mandatário toma a iniciativa, guaiá pessoalmente a política externa em função de sua própria sensibilidade e sendo de oportunidade, orientando a burocracia e assumindo politicamente, isto é, não apenas administrativamente, a responsabilidade pela ação e pelos resultados

Fonte: elaboração do autor com base em Danese (1999).

Acerca da relação entre diplomacia e política externa, pode-se destacar que a diplomacia “é a gestão das relações internacionais por negociações; o método pelo qual essas relações são ajustadas e geridas pelos embaixadores e enviados; a função ou arte do diplomata” (BATH, 1989, p. 14 apud SANTOS, 2021, P.72). Quanto à definição de política externa supracitada, permite entender efetivamente como a diplomacia incide sobre a política externa, uma vez que, a diplomacia é considerada como um elo capaz de estabelecer iniciativas para garantir a boa relação entre os estados em função dos seus interesses que pode ser entendida em várias arenas, seja política, econômica e cultural. É preciso considerar também que a materialização da política externa depende também da capacidade intelectual dos representantes de governos, isto é, em saber negociar a fim de obter bons resultados nos acordos estabelecidos. No contexto angolano analisar diplomacia presidencial no caso de Angola significa compreender exatamente como o presidente José Eduardo dos Santos se comportou, ou seja, os passos que ele efetuou para estabelecer sua legitimidade política. Pretende-se saber se o presidente dos Santos foi protagonista ou esteve na linha de frente nas negociações para acabar com guerra civil, tendo em conta que a diplomacia presidencial visa em descrever a participação dos chefes de governos nas tomadas de decisões externas. Ao compreendermos a diplomacia presidencial provavelmente estabelecida por José Eduardo dos Santos determinará a percebermos concretamente a designação que lhe foi atribuída de arquiteto da paz como também a sua influência na arena internacional, sobretudo na África Austral pelos resultados obtidos durante a guerra civil no período de 1992-2002.

## 6 METODOLOGIA

A pesquisa em tela é eminentemente qualitativa, assentada em métodos interpretativos. Godoy considera que a pesquisa qualitativa “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, P.21). Os pesquisadores vinculados à tradição qualitativa interpretivista consideram que as ciências sociais e humanas interpretam os significados dos dados coletados de um determinado fenômeno ou assunto (YANOW; SCHWARTZ-SHEA, 2006)

De forma a operacionalizar a presente pesquisa sob as lentes interpretivista, usaremos dois tipos de dados. De um lado, nos focaremos nas visitas efetuadas por José Eduardo dos Santos e seus emissários aos EUA, sabendo que; essa deslocação nos permite evidenciar a existência e a eficácia do diálogo que ambas representações tiveram com o propósito de legitimar de José Eduardo dos Santos como presidente de Angola.

De outro lado, analisaremos as comunicações entre EUA e Angola a partir dos memorandos, declarações conjuntas e discursos de autoridades norte-americanas e angolanas centrados no contexto da guerra naquela altura, bem como, as sinalizações de suporte de José Eduardo dos Santos. Nesse contexto, as fontes desses dados são: os arquivos da presidência americana, do departamento de Estado americano, bem como de outras instituições de defesa do país (CIA, Pentágono entre outros); e os arquivos angolanos, nomeadamente da presidência de Angola, do Ministério das Relações exteriores (MIREX), e do Ministério da Defesa.

No que tange aos métodos para tratamento de dados supracitados, essa pesquisa alicerça-se em dois: pesquisa de arquivo e análise do discurso. Segundo Dowding (2016), a pesquisa tradicional de arquivos pode ser feita sistematicamente, revisando de forma sistemática todos os documentos que podem ser relevantes para uma determinada pesquisa. No caso da pesquisa em tela, os arquivos americanos e angolanos oferecem os materiais necessários para responder à pergunta de pesquisa proposta, sendo necessário, portanto, explorá-los de maneiras sistemática de modo a selecionar os documentos mais relevantes para compreender as relações entre José Eduardo dos Santos e os EUA. No que se refere à análise do discurso, Orlandi, destaca que na mesma; “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015. p,15). Para melhor compreensão, a autora explica que é preciso termos em conta que na análise de discurso não se trabalha diretamente com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneira de significar, com homens falando,

considerando a produção de sentidos, que faz parte de suas vidas, seja na condição de sujeito, ou membros de uma determinada forma de sociedade. Nesse contexto ao procurarmos os sentidos aos discursos de José Eduardo dos Santos, bem como dos seus representantes e nos documentos oficiais firmados entre EUA e Angola, compreendendo os meios pelos quais a política externa angolana foi instrumentalizada para construir o reconhecimento da legitimidade de José Eduardo dos Santos como presidente de Angola.

## 7 CRONOGRAMA

Relativamente, ao cronograma, cabe destacar que será construído em função do período acadêmico da terminalidade em Relações Internacionais que possui três disciplinas trabalho de conclusão de curso (TCC) distribuídas em três semestres acadêmicos. Neste caso, a pretensão é desenvolver a pesquisa no período de 12 (doze) meses como pode ser observado no quadro abaixo.

**Quadro 2** - Cronograma de atividades de pesquisa (TCC em RI)

ATIVIDADES	TCC				TCC				TCC			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão Bibliográfica	X	X	X									
Coleta de fontes e Fichamento de textos				X	X	X						
Análise e Intepretação de dados							X	X				
Redação de TCC									X	X		
Revisão de TCC											X	
Defesa de TCC												X

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é sabido, um projeto de pesquisa tem a finalidade de buscar dados ou relatos de assuntos específicos que vão de acordo com o interesse do pesquisador e que por sua vez, tende a se repercutir positivamente num determinado local ou numa área do saber. Nesse sentido, o

tema desse projeto adquire sua relevância na medida em que nos leva a entender as dinâmicas políticas domésticas e internacionais da legitimação de José Eduardo dos Santos como presidente angolano legítimo durante um dos períodos mais instáveis do país.

## Referências

- DANESE, Sérgio. Diplomacia presidencial: história e crítica. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.
- DOWDING, Keith. The Philosophy and Methods of Political Science 2016.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à análise de política Externa. V1. Ed Saraiva. 2011.
- FORTE, Ana Rachel. Simões. **De conflitos Doméstico a Mudanças sistêmicas: a Política Externa de Angola de 1975 a 2002.** Capa > v. 8, n. 1 (2019)  
<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/63876>. Acesso: 29 agosto 2021.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa tipos Fundamentais. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 - Mai./Jun. 1995.
- HODGES, T. (2001). Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism, Oxford: James Currey.
- INTERNACIONAL, Amnistia. Angola a guerra acabou...e agora? Não há reconciliação sem responsabilidades. AI Índex: AFR 12/06/96 (P). Outubro 1996. Disponível:  
<https://www.amnesty.org/en/documents/afr12/006/1996/en/>. Acesso: 22 agosto 202
- JAMES, W.M. (2004). Historical dictionary of Angola. - New Ed. Oxford: The Scarecrow Press, Inc.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. **A essência de uma subárea: os 60 anos da análise de Política Externa.** 14 de abril de 2014.
- JOSÉ, Joveta. Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais. Caxambu, 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>> Acesso em: 20 ago. 2021.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: **princípios e procedimento.** Campinas: Pontes, 12ª Edição, 2015
- ROSENAU, James. "Introduction: new directions and recurrent questions in the comparative study of foreign policy". In: Hermann, C. F.; Kegley Jr., C. W.; Rosenau, J. N. (Ed.). New Directions in the study of foreign policy. Boston: Allen & Unwin, 1987, p.1-10.
- SANTOS, Douglas Roberty Marinho dos. **Política Externa e Diplomacia Presidencial: uma análise comparada dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff (1995-2016).** Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 67 - 95, 1º sem. 2021.
- SAPALALO, Abraão. Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais. Universidade Évora, de 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus). Universidade Évora 2014.

SITA, Silva C. De Almeida. **A Geopolítica de Angola na África Austral: Diplomacia e Política Externa de Angola na África Austral- SADC.** Lisboa 2017. Dissertação (mestrado em relações internacionais), universidade autónoma de Lisboa. Maio de 2017.

SNYDER, R.C.; BRUCK, H.W.; SAPIN, B. *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics.* Princeton: Princeton University Press, 1954.

SOUSA, Ricardo. Real P. Ganância, Ressentimento, Liderança e Intervenções Externas no Início e na Intensificação da Guerra Civil em Angola. JANUS.NET, e-journal of International Relations e-ISSN: 1647-7251. Vol. 7, Nº. 1 (maio-outubro de 2016), pp. 77-101.

WEBER, C. *Simulating Sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Human Rights Watch. XII. Reação Internacional. Disponível:  
[https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/entirebook13.htm#P2720\\_605893](https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/entirebook13.htm#P2720_605893).  
Acesso: 22 agosto de 2021.

YANOW, Dvora e SHEA, Peregrine Schwartz. *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn.* 2006.